

de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo a concurso o candidato João Ilídio Lopes.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que, face a tais resultados, o candidato João Ilídio Lopes possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Pelo que, aceitando a proposta de nomeação, nomeio para o cargo de chefe de divisão de Olivicultura o licenciado João Ilídio Lopes, em comissão de serviço e pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, cuja nota curricular se publica em anexo.

O presente despacho produz efeito a partir da data da sua assinatura.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Março de 2006. — O Director Regional, *Carlos Guerra*.

Nota curricular

Dados pessoais — João Ilídio Lopes, casado, nascido em 12 de Agosto de 1958, natural de Carvalhais, Mirandela, residente na Avenida de 25 de Abril, 273, 1.º, esquerdo, 5370-202 Mirandela.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Agrícola;

Pós-graduação em Horticultura, Fruticultura e Viticultura pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Experiência profissional:

De Janeiro a Setembro de 1989 acompanhou ensaios de pastagens e forragens, previamente instalados por outro colega;

Em Setembro de 1989, por conveniência de serviço, foi transferido para o sector de olivicultura, até esta data. No referido sector, foi coordenador do PEDAP — Olivicultura (entre 1991 e 1993 apresentou algumas vezes a evolução do PEDAP Olivicultura);

Orador na acção de vulgarização em podas e instalação e fertilização do olival na área da DRATM;

Membro da comissão coordenadora do 1.º Simpósio Nacional de Olivicultura, em Setembro 1998, da ESAB Bragança;

Orientador de estágios de fim de curso na área da olivicultura a licenciados e bacharéis;

Responsável pela componente da DRATM em três projectos do PAMAF e IED, dois projectos do PIDDAC e quatro projectos AGRO DE&D;

De 1992 até esta data, apoio à formação profissional como formador a agricultores e técnicos em temas sobre olivicultura, poder e condução do olival, fertilização do olival, protecção e produção integrada do olival e colheita e transformação da azeitona;

Frequência de seminários, congressos, conferências e encontros nacionais acerca de olivicultura;

Publicação como autor e co-autor de mais de 40 trabalhos relacionados com a olivicultura.

Instituto da Vinha e do Vinho

Aviso (extracto) n.º 4356/2006 (2.ª série). — Faz-se público o seguinte extracto da acta n.º 95 do conselho administrativo do Instituto da Vinha e do Vinho:

«Aos 16 dias do mês de Março de 2006, reuniu o conselho administrativo do Instituto da Vinha e do Vinho, constituído, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 99/97, de 24 de Abril, pelo presidente do IVV, Dr. Afonso Duarte Ribeiro Correia e pelo director de serviços de Administração, Dr. António Pedro Lopes das Neves, tendo sido deliberadas por unanimidade as seguintes decisões:

- 1.º Delegar no presidente, Dr. Afonso Duarte Ribeiro Correia, a competência para a realização de despesas no âmbito da administração corrente até ao montante de € 100 000, nos termos do n.º 6 do Decreto-Lei n.º 99/97, de 26 de Abril, e dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo;
- 2.º Autorizar o presidente, Dr. Afonso Duarte Ribeiro Correia, a subdelegar, no todo ou em parte, as competências que lhe são conferidas por esta deliberação, nos restantes membros

do conselho administrativo, bem como em qualquer dos dirigentes do Instituto da Vinha e do Vinho, nos casos em que tal se justifique;

- 3.º Ratificar todos os actos praticados pelo supra-referido dirigente, no âmbito dos poderes delegados, entre 22 de Fevereiro de 2006 e a data da presente acta.»

16 de Março de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *Lopes das Neves*.

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P.

Despacho n.º 8001/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Março de 2006:

Dr.ª Luísa Maria de Freitas Galinha Ribeiro — provida, com efeitos reportados a 15 de Março de 2006, data da aprovação nas provas de acesso à categoria de investigadora auxiliar, na área científica de Química, Bioquímica e Resíduos, na categoria de investigador auxiliar da carreira de investigação científica do quadro de pessoal deste organismo, nos termos do artigo 7.º e do n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, em vigor por força do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Março de 2006. — A Directora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá*.

Despacho n.º 8002/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Março de 2006:

Dr.ª Maria Paula Quintino da Silva Alves — provida com efeitos reportados a 9 de Março de 2006, data da aprovação nas provas de acesso à categoria de investigador auxiliar, na área científica de microbiologia alimentar, na categoria de investigador auxiliar, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal deste organismo, nos termos do artigo 7.º e do n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, em vigor por força do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Março de 2006. — A Directora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá*.

Despacho n.º 8003/2006 (2.ª série). — Na sequência da homologação do relatório final, em 7 de Março de 2006, do concurso externo documental de recrutamento para a categoria de investigador principal, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P., na área científica de Virologia, aberto pelo aviso n.º 2934/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 1 de Março de 2002, e por meu despacho de 28 de Março de 2006:

Maria Raquel Botas Marçal, investigadora auxiliar, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal deste organismo — nomeada definitivamente investigadora principal, da mesma carreira e do mesmo quadro, considerando-se exonerada da categoria anterior com efeitos à data da aceitação do novo lugar, sendo dado cumprimento ao disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 2 de Maio, e obtida a respectiva confirmação de cabimento por parte da 8.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2006. — A Directora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá*.

Despacho n.º 8004/2006 (2.ª série). — Na sequência da homologação do relatório final, em 7 de Março de 2006, do concurso externo documental de recrutamento para a categoria de investigador principal, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P., nas áreas científicas de Bacteriologia e de Produtos Biológicos e Quimioterapêuticos, aberto pelo aviso n.º 13 615/2001 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 266, de 16 de Novembro de 2001, e por meu despacho de 28 de Março de 2006, no uso de competência delegada:

Maria do Rosário Pereira Barbeiro e Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá, investigadoras auxiliares da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal deste orga-